





DIRETORIA LEGISLATIVA SERVIÇO DE ATAS LEGISLATURA 2021 A 2024

APROVADA PELO PLENÁRIO EM 19/4/2021

Reunião Ordinária do dia 14 de abril de 2021
Presidente: vereador David Valente Reis
Secretária-Geral: vereadora Carmem Glória Almeida Carratte

No dia catorze de abril do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas e quinze minutos, realizou-se a sessão ordinária híbrida da Câmara Municipal de Manaus, no plenário Adriano Jorge, em sua sede própria, na Rua Padre Agostinho Caballero Martin, n. 850, São Raimundo, nesta Capital, Estado do Amazonas, presidida pelo vereador Wallace Fernandes de Oliveira, do PROS; e, eventualmente, pelo vereador Caio André Pinheiro de Oliveira, do Partido Social Cristã (PSC); secretariada pela vereadora Carmem Glória Almeida Carratte, do Partido Liberal (PL). PRESENTES, ainda, os vereadores Allan Campelo da Silva, Daniel Amaral Vasconcelos e Rodrigo Guedes Oliveira de Araújo, do Partido Social Cristã (PSC); Amom Mandel Lins Filho, Marcel Alexandre da Silva e Maria Jacqueline Coelho Pinheiro, do Podemos (PODE); Antônio Almeida Peixoto Filho, do Partido Trabalhista Cristão (PTC); Samuel da Costa Monteiro, do Partido Liberal (PL); David Valente Reis, Lissandro Breval Santiago, Manoel Eduardo dos Santos Assis e Wanderley Caldeira Monteiro, do Avante; Diego Roberto Afonso e Éverton Assis dos Santos, do Partido Social Liberal (PSL); Dione Carvalho dos Santos, Ivo Santos da Silva Neto e Joelson Sales Silva, do Patriota; Eduardo Assunção Alfaia, João **Kennedy** de Lima Marques e **Rosinaldo** Ferreira da Silva, do **P**artido da Mobilização Nacional (PMN); Elan Martins de Alencar, do PROS; Elissandro Amorim Bessa, do Solidariedade (SD); Francisco Carpegiane Veras de Andrade, João Carlos dos Santos Mello e Márcio José Maia Tavares, do Republicanos (REP); François Vieira da Silva Matos, do Partido Verde (PV); Jaildo de Oliveira Silva, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB); Jander de Melo Lobato e Luís Augusto Mitoso Júnior, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); Marcelo Augusto da Eira Correa, do Partido Socialista Brasileiro (PSB); Raiff Matos Silva Vasconcelos, do Democracia Cristã (DC); Robson da Silva Teixeira e Rosivaldo Oliveira Cordovil, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); Sandro Maia Freire, do Democratas (DEM); Thaysa Lippy Silva de Souza, do Progressistas (PP); William Robert Lauschner, do Cidadania; e Yomara Jesuína Lins Rodrigues, do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). JUSTIFICADA a ausência do vereador Cícero Custódio da Silva, do (PT). Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, o Presidente declarou aberta a reunião, e na sequência, convidou a todos a fazer um minuto de silêncio, em memória das vítimas da Covid-19. Após o ato, a secretária, vereadora Glória Carratte, leu a Ata da sessão ordinária do dia treze de abril do ano em curso. Em seguida, o Presidente passou os trabalhos para a TRIBUNA POPULAR, com o tema: "Valorização da Bíblia",









convidando para compor à Mesa dos trabalhos, o proponente da tribuna, vereador Prof. Samuel; o pastor Mateus Lourenço, representante da Sociedade Bíblica do Brasil, e o vereador e pastor, João Carlos, presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Família e dos Valores Cristãos (Fepacri), da Câmara Municipal de Manaus (CMM). Na **sequência**, franqueou a palavra ao pastor Abdoval Cavalcante. Com a palavra, o secretário ministerial da União Noroeste Brasileira da Igreja Adventista, pastor Abdoval Cavalcante, saudou a todos, em nome do vereador Prof. Samuel, destacando a importância da Semana Municipal de Valorização da Bíblia para a promoção de atividades, campanhas e projetos de incentivo à leitura do livro sagrado. O orador utilizou-se de citações bíblicas para consubstanciar que a Bíblia sempre foi um manual supremo da vida, pois tinha resposta para todos os questionamentos em todas as situações, e acima de tudo, possuía a capacidade de abrandar os corações dos homens, tornando-os pessoas melhores. Concluindo, falou que o livro sagrado deveria ser tratado como a revelação de Deus para a humanidade, orientou como a leitura deveria ser realizada, e asseverou que os ensinamentos que continha fariam a diferença na vida de todos. Com a palavra, o representante da Sociedade Bíblica do Brasil, pastor Mateus Lourenço, destacou a importância da valorização da palavra de Deus, e com o auxílio de vídeo institucional, falou sobre a Sociedade Bíblica do Brasil (SBB), ressaltando o trabalho social e espiritual que a entidade realizava no Estado e no Brasil. Com a palavra, o vereador Prof. Samuel, agradeceu a Deus, aos ilustres convidados e aos vereadores que estavam participando do evento. Manifestou sua felicidade pela aprovação da Lei n. 2.445, de sua autoria, que criou a Semana Municipal de Valorização da Bíblia, e disse que o propósito da tribuna era chamar a atenção da comunidade cristã para a relevância da leitura e do estudo Bíblia, para que todos se fortalecessem espiritualmente, principalmente em tempos tão difíceis, como os vividos na atualidade. Por fim, asseverou que os ensinamentos contidos no livro sagrado fariam a diferença na vida das pessoas, quebrantando os corações endurecidos, e fortalecendo a espiritualidade de cada um, e, consequentemente, a sociedade. Com a palavra, o vereador João Carlos, falou sobre os benefícios espirituais, e a propagação da Bíblia, externou sua felicidade em presidir a Fepacri, que tratava dos valores cristãos e do respeito aos valores da família, parabenizando o vereador Prof. Samuel pelo projeto de lei aprovado, e pela iniciativa de trazer à Casa a discussão sobre o livro sagrado. Por fim, pediu a Deus que abençoasse a todos. Manifestaram-se na Tribuna Popular os vereadores Raiff Matos, Jander Lobato, Mitoso, Yomara Lins e Diego Afonso. Na sequência, o Presidente delegou a palavra aos convidados, para suas considerações finais. Em suas Considerações Finais, o pastor Abdoval Cavalcante parabenizou a CMM pela iniciativa de reservar espaço para exaltar a palavra de Deus "Bíblia", e agradeceu por fazer parte de um momento tão significativo para a sociedade manauara. Em suas Considerações Finais, o pastor Mateus Lourenço agradeceu aos vereadores pelo apoio dado não só ao Prof. Samuel, mas, principalmente à palavra de Deus, que tinha o poder de tornar a sociedade bem melhor, por meio dos cidadãos tementes a Deus, aconselhando a todos que fizessem a leitura da Bíblia, como









auxílio para suas vidas. O Presidente agradeceu aos convidados pela presença, e parabenizou o vereador Prof. Samuel pela propositura tão relevante, ratificando a importância da Bíblia, afirmando que as pessoas deveriam ter, independentemente de credo, a opção de fazer a leitura. O Presidente encerrou a Tribuna Popular, suspendendo os trabalhos, às dez horas, para a despedida dos convidados. Na reabertura, às dez horas e cinco minutos, o Presidente deu continuidade aos trabalhos, destacando os vereadores inscritos para o Pequeno Expediente. Em Questão de Ordem, o vereador Jaildo Oliveira pediu a sua inscrição no Pequeno Expediente. O Presidente informou ao vereador que já havia quinze vereadores inscritos, conforme preconizava o Regimento Interno, mas declinaria da sua inscrição para cedê-la ao questionante. Informou, ainda, que a inscrição seria realizada, nominal e pessoalmente, na abertura do Pequeno Expediente. Em Questão de Ordem, o vereador Marcelo Serafim propôs à Mesa a inversão de Pauta, e posteriormente, a discussão do procedimento de inscrição. O Presidente fez a leitura do parágrafo 1.º, da Subseção 1, Capítulo 1 - Disposições Gerais - das Reuniões da Câmara, do Regimento Interno, para consubstanciar o procedimento de inscrição adotado pela Casa. Em Questão de Ordem, o vereador Mitoso disse que o caput do artigo 123 da Subseção era esclarecedor quanto ao procedimento adequado, cabendo ao vereador indicar o seu nome numa lista previamente ordenada pela Mesa Diretora. Em Questão de Ordem, o vereador Éverton Assis sugeriu que avançassem com o Pequeno Expediente e Ordem do Dia, solicitando à Mesa que colocasse o assunto na pauta da reunião de líderes. O **Presidente** acatou a sugestão do vereador Éverton Assis, afirmando que entendia da mesma forma. O Presidente submeteu ao Plenário a votação da inversão da Pauta, que foi aprovada pelos presentes. Em Questão de Ordem, o vereador Prof. Samuel sugeriu que constasse na Ata os vereadores que estavam presentes no Plenário e os que estavam presentes de forma virtual, para que todos soubessem quais vereadores trabalharam de forma virtual e presencial. O Presidente informou que encaminharia a sugestão à Diretoria Legislativa para as providências. Em Questão de Ordem, o vereador Amom Mandel discordou da sugestão do seu antecessor, alegando não haver nenhum motivo para a diferenciação dos vereadores que estavam trabalhando de forma presencial ou virtual na Ata das reuniões. Solicitou, ainda, que o Projeto de Lei n. 116/2021, de sua autoria, que se encontrava na Pauta da sessão em curso, tramitasse em regime de urgência. Em seguida, o Presidente passou os trabalhos para a ORDEM DO DIA, solicitando a secretária, vereadora Glória Carratte, que fizesse a leitura da Pauta. Na PAUTA, foi deliberado, tomou a o n. 144/2021 e seguiu à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o Projeto de Lei, de autoria do Executivo Municipal, capeado pela Mensagem n. 011/2021, que "Dispõe sobre o Distrito de Micro e Pequenas Empresas do município de Manaus (DIMICRO), e dá outras providências". Pela Ordem, o vereador Marcelo Serafim solicitou urgência para a matéria supracitada, conforme previa o artigo 64 da Loman. O Presidente submeteu ao Plenário a votação do regime de urgência. A **seguir**, foi **aprovada** pelo Plenário, a tramitação em regime de urgência, do Projeto de Lei n. 144/2021. Foi deliberado, tomou o n. 137/2021 e seguiu à Comissão de Constituição, Justiça e









Redação, o Projeto de Lei, de autoria do Executivo Municipal, capeado pela Mensagem n. 008/2021, que "Cria na Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, o Centro Integrado Municipal de Educação - CIME Josefina Rosa de Mattos Pereira de Castro". Foi deliberado, tomou o n. 138/2021 e seguiu à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o Projeto de Lei, de autoria do Executivo Municipal, capeado pela Mensagem n. 010/2021, que "Altera a Lei n. 2.730, de 26 de janeiro de 2021, que dispõe sobre a concessão de Auxílio Emergencial - 'Auxílio Manauara', em razão da pandemia causada pelo novo coronavírus (Covid-19), e dá outras providências". Pela Ordem, o vereador Marcelo Serafim, solicitou urgência para a matéria supracitada, conforme previa o artigo 64 da Loman. O Presidente informou ao vereador Marcelo Serafim que já havia dois pedidos de urgência, um ao Projeto de Lei n. 144/2021, e o outro, ao Projeto de Lei, de autoria do vereador Amom Mandel, que "Revoga o inciso II do artigo 11 da Lei n. 1.628, de 30 de dezembro de 2011, dado pela Lei n. 2.564, de 26 dezembro de 2019, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana no âmbito do município de Manaus", solicitado anteriormente. Em Questão de Ordem, o vereador Marcelo Serafim afirmou que o pedido de urgência teria que ser feito na hora da leitura do projeto em deliberação, e na condição de líder do Executivo solicitou que fosse votado o pedido de urgência, e caso não fosse aprovado, outro projeto poderia deliberar em regime de urgência, solicitando à Procuradoria que atendesse o seu pedido, em razão do pedido de urgência ter sido feito na deliberação. A seguir, o Presidente submeteu ao Plenário a votação do regime de urgência, tendo sido aprovada, pelo Plenário, a tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei n. 138/2021. Foi deliberado, tomou o n. 109/2021 e seguiu à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o Projeto de Lei, de autoria do vereador Prof. Fransuá, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas concessionárias de transporte viário coletivo de passageiros adotarem medidas contra a Covid-19, e dá outras providências". Em Questão de Ordem, o vereador Amom Mandel solicitou que a votação do pedido de urgência ao Projeto de Lei 138/2021 fosse feita nominalmente. O Presidente informou ao vereador que o assunto abordado pelo vereador se referia à matéria vencida. Foi deliberado, tomou o n. 111/2021 e seguiu à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o Projeto de Lei, de autoria do vereador Prof. Fransuá, que "Proíbe a oferta de 'embutidos' na composição da merenda de escolas e creches da rede pública estadual, e dá outras providências". Foi deliberado, tomou o n. 116/2021 e seguiu à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o Projeto de Lei, de autoria do vereador Amom, que "Revoga o inciso II do artigo 11 da Lei n. 1.628, de 30 de dezembro de 2011, dado pela Lei n. 2.564, de 26 dezembro de 2019, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana no âmbito do município de Manaus, e dá outras providências". Foi deliberado, tomou o n. 117/2021 e seguiu à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o Projeto de Lei, de autoria do vereador Jander Lobato, que "Prevê a realização do protocolo de avaliação do frênulo da língua em bebês, denominado, 'Teste da Linguinha' em todos os recém-nascidos nos berçários do município de Manaus". Foi deliberado,









tomou o n. 118/2021 e seguiu à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o Projeto de Lei, de autoria da vereadora Thaysa Lippy, que "Dispõe sobre a diretriz municipal para garantia, proteção e ampliação dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e seus familiares". Foi deliberado, tomou o n. 119/2021 e seguiu à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o Projeto de Lei, de autoria da vereadora Thaysa Lippy, que "Altera a Lei n. 1.817 de dezembro de 2013 que trata das taxas de licenciamento ambiental, e dá outras providências". Foi deliberado, tomou o n. 120/2021 e seguiu à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o Projeto de Lei, de autoria do vereador Amom, que "Dispõe a despeito da proibição de aplicação de descontos e anistias fiscais a empresas que promoverem, ou que de algum modo contribuam para a realização de festas ou eventos clandestinos, desrespeitando as medidas para a contenção dos casos de Covid-19". Foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Saúde ao Projeto de Lei n. 317/2020, de autoria do vereador Rosinaldo Bual, que "Estabelece as atividades prestadas nos salões de beleza como atividade essencial em períodos de calamidade pública no município de Manaus". O supracitado projeto seguiu à Comissão de Defesa do Consumidor. Discutiu o Parecer Favorável da Comissão de Saúde ao Projeto de Lei n. 012/2021, o vereador Mitoso. A seguir, foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Saúde ao Projeto de Lei n. 012/2021, de autoria do vereador Wallace Oliveira, que "Dispõe sobre o atendimento preferencial aos portadores de fibromialgia nos locais que especifica, e dá outras providências". O supracitado projeto seguiu à Comissão de Defesa do Consumidor. Foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação ao Projeto de Lei n. 038/2021, de autoria do vereador Prof. Samuel, que "Dispõe sobre a proibição da comercialização de tampas de poços de visitas, hidrômetros e fios de cobre no âmbito do município de Manaus, e dá outras providências". O supracitado projeto **seguiu** à Comissão de Finanças, Economia e Orçamento. Discutiu o Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação ao Projeto de Lei n. 356/2019, o vereador Prof. Fransuá. A seguir, foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação ao Projeto de Lei n. 356/2019, de autoria do vereador Prof. Fransuá, que "Institui o Dia Municipal de Conscientização e enfrentamento à Fibromialgia, e dá outras providências". O supracitado projeto foi aprovado, em primeira discussão e seguiu a segunda discussão, na forma da lei. Foram deferidas as Indicações n. 264 a 270, 272 a 294/2021; e aprovadas as Moções n. 086 a 088/2021. Em seguida, o Presidente passou os trabalhos para o PEQUENO EXPEDIENTE. O primeiro orador, vereador Dr. Daniel Vasconcelos, falou sobre indicação de sua autoria ao prefeito de Manaus, David Almeida, solicitando gratificação aos profissionais de saúde que alcançassem bom desempenho no Indicador Sintético Final (ISF, dos indicadores do programa Previne Brasil. O orador esclareceu que o Ministério da Saúde, que instituiu o citado programa, por meio da Portaria n. 2.979/19 iria repassar para os municípios financiamentos que seriam distribuídos com base nos seguintes critérios: capacitação ponderada, pagamento por desempenho e incentivo para ações estratégicas, sendo o pagamento subsequente









ao mês de repasse federal, pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) ao Fundo Municipal de Saúde (FMS), variando conforme o desempenho da equipe. Disse que havia ressaltado na indicação que somente as equipes que conseguissem produzir menos de guarenta por cento da meta exigida pelo Ministério da Saúde é que deveriam receber o benefício e precisavam estar ativos no sistema, pois os profissionais licenciados, em férias ou em processo administrativo disciplinar não teriam direito. Finalizando, falou que acreditava que o pagamento do bônus seria uma forma de incentivar o alcance de metas positivas nos sistemas de saúde de Atenção Primária e assistência à população, e principalmente de reconhecer o trabalho feito pelas equipes e gestões locais. O segundo orador, vereador Peixoto, elogiou o trabalho realizado pela Comissão de Agricultura e Política Rural da Casa, em prol da cidade de Manaus, informando que no dia anterior, a convite do presidente da referida comissão, vereador Eduardo Alfaia, esteve na sede da Superintendência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Amazonas (Mapa), reunido com o superintendente Guilherme Pessoa, onde debateram políticas públicas para o desenvolvimento do agronegócio no setor e estreitamento dos laços institucionais entre a Casa e a entidade federal. O orador agradeceu o convite, disse que a reunião tinha sido muito produtiva, e elogiou a matéria divulgada pela TV Câmara sobre o assunto. Por fim, enalteceu o trabalho que vinha sendo desenvolvido pela Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Centro e Comércio Informal (Semacc), na gestão do secretário Renato Magalhães, informando que estava de posse de um relatório contendo as ações realizadas durante os primeiros cem dias de gestão do prefeito David Almeida, relatório este, entregue a todos os vereadores da Casa. A terceira oradora, vereadora Glória Carratte, manifestou-se sobre a participação virtual dos plenárias, posicionando-se favorável vereadores nas sessões acompanhamento fosse realizado tão somente de forma presencial, em favor da população de Manaus. A oradora declarou que era seu dever alertar a todos para o cumprimento do Regimento Interno da Casa e sobre o compromisso que tinham com seus eleitores. O Presidente hipotecou total apoio à fala da vereadora Glória Carratte, lembrando aos vereadores que só acataria as questões de ordem embasadas no Regimento Interno. O vereador Éverton Assis manifestou-se em Questão de Ordem, tendo sido esta considerada indeferida pelo Presidente. O quarto orador, vereador Ivo Neto, falou sobre o aumento de casos de abuso sexual na capital amazonense, citou o artigo 18 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e instou a sociedade para que denunciasse as práticas de abuso sexual, por meio do Disk 100 ou da Comissão de Direito da Criança, do Adolescente e do Idoso da Câmara Municipal de Manaus (CMM), a fim de que os criminosos fossem devidamente punidos. Em Questão de Ordem, o vereador Rodrigo Guedes pediu à presidência que colocasse em votação a proposta da vereadora Glória Carratte, para a extinção da sessão híbrida, posicionando-se favorável ao acompanhamento presencial na sede da CMM, do início ao fim das sessões. Em Questão de Ordem, o vereador Prof. Samuel irmanou-se aos vereadores adeptos ao fim da sessão virtual, sugerindo, contudo, que o assunto fosse discutido na reunião de lideranças.









O Presidente asseverou que o assunto seria resolvido na reunião de lideranças. O quinto orador, vereador Lissandro Breval, informou que após o término da sessão em curso, haveria reunião da Comissão de Finanças, Economia e Orçamento, e seguindo, discorreu sobre a importância da preservação e geração de empregos para a revitalização da economia local, a seu ver, uma das vantagens da aprovação do pedido do Executivo Municipal para o empréstimo de quatrocentos e setentas milhões. O orador falou sobre as tratativas com a Prefeitura de Manaus para o fornecimento de pão, pelas cooperativas das panificadoras; e de fardamento escolar, pelas cooperativas e empresas de costura à Secretária Municipal de Educação (Semed). Por fim, declarou que a Casa precisava firmar o compromisso de apoiar os empreendedores locais. O sexto orador, vereador Dione Carvalho, informou a todos que no dia anterior esteve reunido com o prefeito David Almeida, para tratar sobre o projeto de sua autoria para a construção do Centro Municipal de Imagem, o primeiro na história de Manaus, ressaltando que o chefe do Executivo Municipal positivamente, / após receber o levantamento de custo/benefício. principalmente em relação às vidas que seriam salvas. O orador explicou que a elaboração da propositura se deu por conta do grande número de pessoas, especialmente os portadores de necessidades especiais que se encontravam no Sistema Único de Saúde (SUS) a espera desses procedimentos. Por fim, pediu a seus pares para que aprovassem o citado projeto, agradecendo o apojo do líder do governo, vereador Marcelo Serafim; do presidente da Comissão de Saúde da Casa, vereador Dr. Daniel Vasconcelos, e de todos os vereadores que assinaram. O vereador Caio André assumiu a direção dos trabalhos. O sétimo orador, vereador Kennedy Marques, pronunciou-se sobre a questão da empresa Indústria de Papel Sovel da Amazônia Ltda, informando que havia solicitado audiência pública, para que a citada apresentasse esclarecimentos quanto às ações imediatas que desenvolveria para a recuperação do igarapé que havia poluído. O orador pediu à presidência prioridade no agendamento, a fim de que a reunião fosse realizada o mais breve possível, pois recebeu informação de que o agendamento seria realizado no prazo de quinze dias. Concluindo, falou sobre a urgência da resolução do problema. O Presidente disse que a Mesa Diretora tomaria as devidas providências, face à relevância do assunto. O oitavo orador, vereador Capitão Carpê, discorreu sobre a crise sanitária e a econômica ocasionadas pela pandemia, enfatizando que havia oficiado o prefeito de Manaus, David Almeida, solicitando a continuidade do programa de segurança alimentar "Nossa Merenda", instituído pela gestão anterior, por meio do qual mais de duzentos mil alunos foram beneficiados com cento e cinquenta reais em vale-alimentação, em cartão magnético, para não desamparar as famílias em situação de vulnerabilidade social, por conta da pandemia, tendo em vista que as crianças não estavam frequentando as aulas presenciais, e a maioria dos pais estava desempregada. Encerrando, disse que os poderes públicos não estavam preparados para o momento, mas era necessário enfrentá-lo, frisando que a medida visava combater a redução da renda familiar, pedindo sensibilidade ao prefeito David Almeida. O vereador Wallace Oliveira reassumiu a direção dos trabalhos. O nono orador, vereador William Alemão, ratificou a fala do vereador









Lissandro Breval, quanto à importância da manutenção e geração de empregos locais, frisando que estes também salvavam vidas. Enquanto presidente da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio, Desenvolvimento, Trabalho e Renda declarou que trabalharia no que fosse necessário para dar mais empregos aos manauaras, esclarecendo que o empréstimo da Prefeitura de Manaus ia ao encontro dessa meta, para revigorar a economia local. O orador declarou que estava ombreado ao vereador Lissandro Breval no tocante às tratativas para os contratos com os empreendedores da cidade de Manaus. O décimo orador, vereador Prof. Samuel, discorreu sobre as dificuldades financeiras que as pessoas estavam enfrentando na pandemia, por conta do congelamento de salários, face à alta dos preços dos combustíveis, gás, energia, água, alimentos e remédios, declarando que se os poderes públicos não se unissem para criar políticas que alavancassem a economia, o povo brasileiro que estava abaixo da linha da pobreza iria morrer de fome. O décimo primeiro orador, vereador Caio André, coadunou-se ao pensamento dos vereadores Lissandro Breval e William Alemão em relação à contratação dos serviços de empreendedores locais, pois iria gerar empregos para os manauaras e tributos para o município, sugerindo que o assunto fosse levado ao secretário da Semed, Pauderney Avelino. Continuando, falou sobre a campanha "Solidariedade Manaus: doando acesso à educação", realizada pela coordenaria Ocas do conhecimento, com a participação de sua amiga, professora Mônica, e da expertise do secretário Pauderney Avelino, que estava indo às empresas em busca de doações de celulares e materiais tecnológicos, em boas condições de uso, para os alunos das comunidades mais distantes, principalmente nas zonas rural e ribeirinha, que tinham dificuldade de acesso ao projeto "Aula em Casa". Concluindo, parabenizou a iniciativa da Semed, a coordenadoria da Ocas do Conhecimento, e principalmente o secretário Pauderney Avelino e o prefeito David Almeida pela brilhante iniciativa. Finalizando, falou sobre o requerimento n. 312/21, de sua autoria, solicitando iluminação da praça conhecida como "Praça do Duzentos", localizada na Avenida Bueno da Silva, no Bairro Dom Pedro; e disse que faria uma indicação à empresa Águas de Manaus para religar o fornecimento da água na praça, a fim de que os moradores reutilizassem o espaço, já que o fornecimento havia sido cortado. A décima segunda oradora, vereadora Prof.^a Jacqueline, falou sobre a reunião que teve com o secretário municipal de Educação, Pauderney Avelino, na qual esteve presente o vereador Prof. Fransuá, cuja pauta foi ao atualização do pagamento dos trabalhadores contratados pelas empresas terceirizadas, afirmando que o secretário municipal de Finanças, Lourival Praia e o titular da Semed firmaram o compromisso de que iriam efetuar o pagamento das empresas até a próxima sexta-feira, para que estas regularizassem o pagamento das servidoras. Continuando, disse que oficiou a Secretaria Municipal de Saúde (Semsa) solicitando informações sobre o motivo da falta de vacinas para as pessoas do grupo especial de comorbidades na zona rural da cidade. Finalizando, comentou sobre a falta de credibilidade da classe política junto à população, destacando que os vereadores recém-chegados à Casa agregavam valores ao parlamento municipal. O Presidente registrou a presença do vereador do município de Iranduba, Anderson Belfort,









dando-lhe as boas-vindas. Em Questão de Ordem, o vereador Prof. Fransuá falou sobre o pagamento dos trabalhadores terceirizados, destacando que a atual gestão municipal havia mostrado preocupação com os trabalhadores que precisavam receber seus salários, e que havia instituído uma força-tarefa para regularizar os processos. Ao final, registrou, a pedido do secretário Pauderney Avelino, o esforço da Semed para efetuar o pagamento das cargas dobradas aos professores. O décimo terceiro orador, vereador Mitoso, somou-se ao esforço da Comissão de Meio Ambiente, Recursos Naturais, Sustentabilidade e Vigilância Permanente da Amazônia, presidida pelo vereador Kennedy Margues, com relação às tratativas acerca da denúncia do despejo de resíduos poluentes no meio ambiente, afirmando que o parlamento deveria tomar atitude mais célere, no sentido de que a audiência pública se realizasse com a maior brevidade possível, com a presença de todos os entes envolvidos com a preservação ambiental, assegurando que os poderes legislativos eram capazes de ecoar os anseios da população. Seguindo, defendeu a Indicação n. 223/21, que instituiu no Estado a Lei Shara Ruana, por meio da qual as operadoras de celulares locais ficavam obrigadas, assim que comunicadas, a enviar mensagens emergenciais de SMS ou Whatsapp aos seus usuários informando o desaparecimento de crianças ou adolescentes em todo o Amazonas, ressaltando que seria uma ação importante na busca dos desaparecidos. Finalizando, explicou como seria o engajamento das operadoras de telefonia móvel, e afirmou que a responsabilidade da sanção cabia ao governador Wilson Lima, pois era de competência do Estado. A pedido dos presidentes das Comissões de Finanças, Economia e Orçamento e de Constituição, Justiça e Redação, o Presidente comunicou aos membros que haveria reuniões presencial e virtual, respectivamente, após o encerramento da sessão em curso, convidando, ainda, os vereadores que tinham projetos em análise na segunda comissão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão às doze horas. E, para que conste, eu, (Jacqueline Pinheiro de Lima), lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Manaus.

> David Valente Reis Presidente

Wallace Fernandes Oliveira Primeiro Vice-Presidente Carmem Glória Almeida Carratte Secretária-Geral









Diego Roberto Afonso Segundo Vice-Presidente Elissandro Amorim Bessa Primeiro Secretário

Caio André Pinheiro de Oliveira Terceiro Vice-Presidente Eduardo Assunção Alfaia Segundo Secretário

Jaildo de Oliveira Silva Corregedor Geral João Carlos dos Santos Melo Terceiro Secretário

Amom Mandel Lins Filho Ouvidor-Geral Ana Maria Rocha Veiga Chefe do Serviço de Atas









PODER LEGISLATIVO

ASSINATURAS DIGITAIS

JOAO CARLOS DOS SANTOS MELLO - VEREADOR - 074.890.987-77 EM 08/11/2022 13:39:30 CARMEM GLORIA ALMEIDA CARRATTE - VEREADOR - 115.263.602-25 EM 08/11/2022 13:41:41 DAVID VALENTE REIS - PRESIDENTE - 509.879.092-15 EM 08/11/2022 14:02:09 CAIO ANDRE PINHEIRO DE OLIVEIRA - VEREADOR - 641.056.792-87 EM 09/11/2022 08:35:42 EDUARDO ASSUNCAO ALFAIA (CONCORDÂNCIA) - VEREADOR - 651.106.502-25 EM 09/11/2022 09:10:37 ELISSANDRO AMORIM BESSA - VEREADOR - 405.507.372-00 EM 09/11/2022 12:30:50 JACQUELINE PINHEIRO DE LIMA - TÉCNICO EM TAQUIGRAFIA - 201.310.202-00 EM 10/11/2022 09:47:18 ANA MARIA DOS SANTOS ROCHA - TÉCNICO EM TAQUIGRAFIA - 634.586.752-72 EM 11/11/2022 10:41:58 DIEGO ROBERTO AFONSO - VEREADOR - 784.440.632-15 EM 11/11/2022 11:18:57

